

REFLEXÕES ACERCA DA PROPOSTA DA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Milene Trajano da Silva¹
Josué Barreto da Silva Júnior²

RESUMO

Com base legal no Plano Nacional da Educação (PNE - 2014/2024), no Plano Estadual de Educação (PEE), como também na Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida em lei nº 13.415, de 26 de fevereiro de 2017, e pela Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, o governo do estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Educação, instituiu o Programa Escola Cidadã Integral, a partir da metodologia da Escola da Escolha. De acordo com a secretaria de educação do estado, a Escola Cidadã Integral é um novo modelo de escola pública que tem a proposta de organização e funcionamento em tempo único integral. Tem como objetivo, formar cidadãos autônomos, solidários e competentes, indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos que possam contribuir com o mundo atual e suas necessidades (PARAIBA, 2019). Diante disso, o presente trabalho objetiva lançar reflexões gerais sobre a proposta do Programa Escola Cidadã Integral (ECI), que vem sendo desenvolvido nas escolas da rede estadual da Paraíba desde 2016. A presente pesquisa está fundamentada nos aportes teóricos de Silva (2011), Silva (2019), Schlesener (2009), Henrique (2020), dentre outros autores. A partir das análises realizadas, pode-se identificar que o governo do estado, para implementar e desdobrar o referido programa, confere a responsabilidade da educação pública a grupos empresariais, através do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Tal transferência de responsabilidade nos faz questionar o modelo de educação escolar que vem sendo implementado nos últimos anos, a concepção de educação proposta e materializada por esse modelo, bem como a concepção de formação integral pensada para o aluno da escola pública. Certamente, o que vem sendo concebido é uma educação em prol dos blocos hegemônicos que destoa de uma educação crítico emancipadora e contra-hegemônica, educação essa essencial nas escolas públicas paraibanas, e, sobretudo, brasileiras.

Palavras-chave: Política educacional; Educação integral; Escola integral

INTRODUÇÃO

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024), a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, instituiu em 2015 o Plano Estadual de Educação (PEE) que prevê em sua meta 5 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica”.

Baseado nesses dispositivos legais, como também na Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida em lei nº 13.415, de 26 de fevereiro de 2017, e pela Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, o governo do estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Educação, instituiu o Programa Escola Cidadã Integral, a partir da metodologia da escola da

¹Mestra em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mtsmilene@hotmail.com;

² Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, josuebarretojunior@gmail.com

escolha.

Diante disso, o presente trabalho objetiva lançar reflexões sobre a proposta do Programa Escola Cidadã Integral (ECI), através dos estudos de Schlesener (2009), de Melo *et al.* (2015), Rodrigues (2019) e Silva (2019).

O percurso metodológico para a construção desse trabalho se deu através das seguintes etapas: seleção do método, levantamento bibliográfico, levantamento de documentos oficiais e páginas oficiais do programa estudado. A elaboração e embasamento do texto se deu através da análise dos documentos encontrados e da discussão dos autores que debatem a temática e outros que nos fazem refletir sobre aspectos que envolvem essa política.

Para o debate dessa temática no referido trabalho, inicialmente, será feita uma apresentação geral do Programa Escola Cidadã Integral para possibilitar a compreensão desse modelo escolar, no Estado da Paraíba. Em seguida, serão tecidas algumas reflexões gerais sobre esse modelo de escola, buscando-se fazer um esforço para identificar os limites que perpassam essa política educacional.

Refletir sobre a supracitada política educacional estadual se faz necessário para compreendermos o modelo de educação integral e em tempo integral que vem se desdobrando nas escolas públicas estaduais da Paraíba, desde 2016.

BREVE APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014/2024), a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, instituiu em 2015 o Plano Estadual de Educação (PEE) que prevê em sua meta 5 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica”.

Baseado nesses dispositivos legais, como também na Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, convertida em lei nº 13.415, de 26 de fevereiro de 2017, e pela Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016, o governo do estado da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Educação, instituiu o Programa Escola Cidadã Integral, a partir da metodologia da escola da escolha.

De acordo com a secretaria de educação do estado, a escola cidadã Integral, é um novo modelo de escola pública que tem a proposta de organização e funcionamento em tempo único integral. Tem como objetivo, formar cidadãos autônomos, solidários e competentes, indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos que possam contribuir com o mundo atual e suas necessidades (PARAIBA, 2019).

Nesse sentido o Programa propõe a formação integral dos jovens, e tem como foco principal o estudante e o seu projeto de vida, buscando desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos que possam contribuir com a sociedade, a partir de sua autonomia, das diferentes competências e sendo solidários, baseado no incentivo ao desenvolvimento do protagonismo juvenil (PARAÍBA, 2019).

Dentro de sua proposta as escolas em tempo integral possuem um conteúdo programático voltado para uma educação de excelência, formação para a vida e formação para as competências do século XXI. Além das disciplinas da Base Comum Curricular (BNCC), o modelo da escola integral oferta um currículo diversificado, as disciplinas da parte diversificada, tais como: Eletivas, Projeto de Vida, Pós Médio e Estudo Orientado.

O modelo da escola cidadã integral consiste em três modalidades de escolas: a Escola Cidadã Integral (ECI), a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) e a Escola Cidadã Integral Educativa Socioeducativa (ECIS).

Em 2016, inicialmente foram integralizadas oito escolas, que de acordo com a Secretaria de Educação do estado foi visto como uma experiência exitosa. Nos anos seguintes, houve um movimento progressivo de expansão das unidades na Paraíba. Em 2020, mesmo em meio a pandemia do Covid-19 (que fechou escolas no estado e em todo Brasil), o número passou para 229 unidades, colocando o estado da Paraíba em primeiro lugar no Brasil em oferta de educação integral, passando a atender mais de 70 mil estudantes, através de um investimento de 308 milhões de reais.

Em janeiro de 2021, foi anunciado pelo governador João Azevedo, a ampliação de mais 73 unidades, o que de acordo com a Secretaria de Educação do estado, possibilitou que todos os 223 municípios que compõem o território paraibano passem a contar com o modelo de ensino da Escola Cidadã Integral. Em 2023, são contabilizadas 302 escolas espalhadas por todo o estado da Paraíba, tendo sido ofertadas 74.569 vagas para estudantes, o que mantém o estado desde o ano de 2020 como a rede que mais oferta ensino integral no Brasil. Diante disso, pode-se dizer que o que iniciou como uma proposta de experimentar uma política de educação em tempo integral, hoje, ao que parece, consiste uma sólida política educacional de estado.

Levando em consideração a quantidade de unidades deste modelo de escola no estado da Paraíba e o seu amplo alcance, vale salientar que, se faz necessário que o governo do estado inicie um movimento de fortalecimento desses educandários, tendo em vista que em muitos municípios as aulas ocorrem em espaços físicos que deixam a desejar a concretização (digna para alunos e professores) de uma escola em tempo integral.

Importante destacar que a implementação das Escolas Cidadãs Integrais no estado da Paraíba, em sua grande maioria, ocorreu sem uma consulta prévia as comunidades escolares, para ouvir sobre a aceitação ou não de uma política educacional nesses moldes. Na grande maioria dos

municípios a chegada desse modelo educativo vem sendo somente comunicada e posteriormente implementada. Em alguns poucos municípios houve registro de resistência (por parte de professores e das comunidades escolares), a adesão desse modelo, por meio de protestos, denúncias e carta aberta ao governo. Observa-se na imposição dessa política educacional traços de coerção por parte do Estado, o uso de sua força para manter a sua hegemonia.

REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL

Considerando essa proposta educativa, cabe fazer inúmeras análises, porém o referido trabalho objetiva fomentar o debate e provocar algumas reflexões gerais que podem/e devem ser consideradas posteriormente, em outros trabalhos, para um aprofundamento no tratado destas questões.

Inicialmente é importante pontuar que o Programa destacado nesse trabalho materializa a atuação de um estado educador que é tratado por Gramsci em seus escritos. De acordo com Schlesener (2009), Gramsci considera que o estado assume uma tarefa educativa para formar um homem específico a partir das necessidades e objetivos colocados na sociedade, que nesse caso, considerando o projeto neoliberal em curso, é a formação para o trabalho simples³. Para Gramsci, a educação é um processo de disciplina e conformação do indivíduo (SCHLESENER, 2009).

Identifica-se no Programa da Escola Cidadã Integral uma parceria entre público e privado, já que o governo do estado da Paraíba, para implementar o referido programa na rede pública, confere a responsabilidade ao Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)⁴, dirigido por grupos empresariais. Melo et al. (2015), nomeia essa parceria como privatização de um novo tipo, que é regida pela ideologia da responsabilidade social, aprofundada a partir da segunda conjuntura do neoliberalismo de terceira via. Por meio dessa lógica, a classe empresarial passou a difundir à sua maneira de pensar, sentir e agir introduzindo conteúdos escolares mínimos, adequados a capacitação do novo capital humano requerido pela expansão acelerada da produção reestruturada.

Nessa parceria, uma vez conferida a responsabilidade a tais grupos, de pensar a educação pública, nos faz questionar: qual concepção de educação esta escola deseja materializar? Certamente não será uma educação crítica-emancipadora, nem contra-hegemônica.

³ O conceito de trabalho simples é aqui considerado, é o conceito de trabalho simples pensado por Marx, como sendo o trabalho que se caracteriza por sua natureza indiferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo (MELO et al., 2015).

⁴ O Instituto de Corresponsabilidade da Educação (ICE) foi criado em 2003 por um grupo de empresários, motivados a motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife. O ICE envolve 4 parceiros, dois estratégicos e dois técnicos. São eles respectivamente: Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Instituto Qualidade de Ensino (IQE) e o STEM-Brasil. Os investidores são: o Instituto Natura, Instituto Grande, Espírito Santo em Ação, Itaú, Fiat, Jeep, Trevo Tecnologia Social, EMS, Instituto Cacau Show, Instituto Conceição Moura.

Essa parceria ainda inspira um outro questionamento: Qual proposta de educação integral essa escola busca desdobrar? Com as bases pedagógicas do ICE, certamente não será uma educação que visa formar o aluno integralmente, com base em uma pedagogia da emancipação humana. Na análise de Rodrigues (2019) a escola Cidadã Integral não permite a concretização de uma educação verdadeiramente integral, mas sim, ou apenas, em tempo integral.

Concorda-se com Rodrigues, pois entende-se nesse trabalho como educação integral a educação que forma o indivíduo plenamente desenvolvido, o ser humano integral, o homem omnilateral. Um indivíduo capaz de interagir com os outros, conhecer o conjunto de relações tanto em um dado momento histórico, quanto em seu movimento de formação e transformação, conhecimento que se torna ativo e capazes de organizar movimentos para as suas mudanças efetivas (SCHLESENER, 2009).

Gramsci coloca como alternativa a formação de um novo homem, a partir de uma concepção de educação crítica e histórica da realidade, que se caracterizaria pela formação de uma identidade de classe, que se traduziria em uma nova individualidade consciente, participativa, capaz de viver plenamente a liberdade e a autonomia política. Dessa forma, através desse conhecimento crítico e ativo da realidade econômico e social, em que se insere, esse homem seria capaz de tomar nas mãos o seu destino.

Tendo em vista que esse projeto de escola integral tem as suas próprias bases pedagógicas e por sua vez, o seu próprio modelo de formação continuada para os professores, gestores e equipe técnica, é essencial refletir sobre essa proposta no contexto da Escola Cidadã Integral, tendo em vista que o Programa incentiva o professor apenas a buscar as formações in loco, voltados especificamente para a sua prática, vista como essenciais para o alcance do objetivo dessa política. Dessa forma, é retirado do professor a autonomia de buscar formações em ambientes como a universidade pública, a exemplo de mestrado, doutorado, ou outros cursos oferecidos por essa instituição, que deve ser um dos principais lócus da formação continuada.

Sobre isso, Rodrigues (2019) chama a atenção para a importância da formação continuada de professores no projeto da Escola Cidadã Integral, para que esse momento formativo ofereça ao professor uma reconfiguração dos saberes e concepções tradicionais já existentes e não apenas sobre conteúdos.

Silva (2019) aponta ainda que em uma escola que vise oferecer uma formação integral ao aluno, também se faz necessário o oferecimento de uma formação integral para o professor. Concorda-se com a referida autora, pois parte-se do princípio que o aluno só terá uma formação integral na perspectiva aqui defendida, se o docente responsável por sua formação também tiver a sua prática balizada por uma formação docente também integral.

Silva (2019) ainda aponta algumas premissas necessárias para pensar um projeto de formação de professores para uma educação integral e em tempo integral. A primeira premissa é discutir a função da escola na sociedade, tendo em vista que a escola é uma instância e instituição social, dentre outras, que tem um papel mediador em um projeto de sociedade, que tanto pode ser conservador como transformador, por isso também contraditório entre formar para o mercado de trabalho ou numa perspectiva omnilateral (SILVA, 2019).

Outra premissa, é a função docente, que é a de ensinar para os alunos o conhecimento científico de forma sistematizada, não como conhecimento acabado, mas como sujeito a transformações e superação pela produção humana. Esse processo gera novas necessidades de conhecimento no aluno e leva-os a uma concepção coerente, articulada, explícita e crítica da realidade social.

Mais uma premissa é a materialidade e das condições objetivas do trabalho docente, pois se propõe a ampliação das responsabilidades do docente, enquanto as condições de trabalho permanecem as mesmas em alguns casos, tais como: números de alunos em sala de aula, condições materiais, de infraestrutura, violência, trabalho em mais de um turno, dentre outros.

Outros pilares destacados por Silva (2019) que são importantes para a atuação docente na escola em tempo integral são: tempo para estudar (formação continuada) e para pensar o seu trabalho e dinâmica da escola; relação intrínseca entre as universidades e a escola com projetos de formação articulados à perspectiva de educação integral; gestão pública que invista na dedicação exclusiva de professores na escola de tempo integral e que estes tenham garantidas horas de planejamento remuneradas; plano de carreira do docente que valorize seu vínculo com a escola integral; criação de grupos de estudo e pesquisa na escola; formação continuada na perspectiva da pesquisa; trabalho do professor em dedicação exclusiva e integral com os alunos; construção de uma proposta de formação continuada para a educação integral na escola de tempo integral relacionada ao projeto político pedagógico da escola.

Os pilares destacados acima serão defendidos nesse trabalho como uma alternativa que deve ser materializada pelas escolas integrais no estado da Paraíba, pois possibilitam uma proposta de formação crítica e emancipadora para os docentes dessas instituições, proposta essa, que reverbera em uma educação também crítica e emancipadora para o aluno atendido por essas escolas. Ao que parece, os pilares aqui defendidos destoam bastante das bases pedagógicas do modelo de Escola Cidadã Integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da Escola Cidadã Integral, desenvolvida na rede estadual da Paraíba, em um primeiro momento, aparenta ter um projeto promissor para os seus alunos, mas, ao analisarmos as bases pedagógicas que sustentam essa proposta e ao analisar também os intelectuais orgânicos autores desse modelo de escola, logo, se chega à conclusão de que se trata de uma política pautada em bases pedagógicas hegemônicas. E, por serem hegemônicas, dificilmente proporcionará aos discentes oriundos da escola pública e da classe trabalhadora uma educação baseada em uma pedagogia da emancipação humana (conforme propõe Gramsci), capaz de auxiliar na formação de um novo homem, e na construção de uma nova ordem social e política.

Nesse sentido, pode-se dizer também que o professor que atua nesse modelo de escola, ao que parece, é orientado para ser um profissional que dissemina uma pedagogia hegemônica, ou seja, pedagogia essa que está a serviço da classe dominante e da manutenção da estrutura de sociedade vigente.

Diante do exposto, se faz necessário políticas educacionais que preconizem a instituição de escolas que promovam a formação integral do aluno (com base em uma pedagogia contra hegemônica e da emancipação humana) e não apenas promova uma formação que prepare o indivíduo apenas para o trabalho simples. Uma alternativa para essa formação, seria a formação de um novo homem, a partir de uma concepção de educação crítica e histórica da realidade, que se caracterizaria pelo desenvolvimento de uma identidade de classe, que se traduziria em uma nova individualidade consciente, participativa, capaz de viver plenamente a liberdade e a autonomia política. Dessa forma, através desse conhecimento crítico e ativo da realidade econômico e social, em que se insere, esse homem seria capaz de questionar a realidade na qual está inserido, como também, teria possibilidade de tomar nas mãos o seu destino.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE. Modelo Pedagógico: Concepção do Modelo Pedagógico. Recife: ICE, 2019.

MELO, Adriana Almeida Sales et al. Mudanças na Educação Básica no capitalismo neoliberal de Terceira Via no Brasil. In: MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação Básica: tragédia anunciada?** São Paulo: Xamã, 2015. p. 23-44.

PARAÍBA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Escola Cidadã Integral**. 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/view/ecipb/in%C3%ADcio?authuser=0>. Acesso em: 11 out. 2020.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo**. Política e educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009. 188p.

RODRIGUES, Ana Cláudia Silva. Educação Cidadã Integral: proposições curriculares para jovem do ensino médio. **Revista Espaço do Currículo (Online)**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2019

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro. A formação de professores para a educação integral na escola de tempo integral: impasses e desafios. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2019.

